

A REFORMA CURRICULAR EM ALAGOAS E O ENSINO DE SOCIOLOGIA

Vanessa do Rêgo Ferreira¹

Amurabi Oliveira²

RESUMO

O debate sobre o Ensino de Sociologia tem ganhando maior visibilidade nos últimos anos no campo acadêmico brasileiro destacando-se, dentre os temas explorados, a questão do currículo. Visando contribuir para essa discussão apresentamos aqui alguns dados referentes à pesquisa realizada em Alagoas acerca da reforma curricular conduzida nesse Estado, destacando-se como o Ensino de Sociologia aparece em meio desse processo. Metodologicamente partimos tanto de observações realizadas durante o acompanhamento das reuniões que produziram os novos referenciais curriculares, quanto das entrevistas realizadas com os professores de Sociologia que participaram dessas atividades, o coordenador da área e a gerente da Gerência de Organização do Currículo Escolar. Com isso almejamos demonstrar como o processo foi conduzido, bem como apontar os impasses que surgiram e os limites existentes.

Palavras Chaves: Ensino de Sociologia; Reforma Curricular; Currículo de Sociologia.

THE CURRICULAR REFORM IN ALAGOAS AND THE TEACHING OF SOCIOLOGY

ABSTRACT

The debate on the teaching sociology has gained greater importance in recent years in the Brazilian academic field, standing out from among the themes explored the question about the curriculum. To contribute to this discussion here we present some data on the research done in Alagoas about curricular reform conducted in that State, standing out as the Teaching Sociology appears in the middle of this process. Methodologically we left both of observations made during the follow-up of meetings that produced the new curriculum frameworks, as the interviews with the teachers of Sociology who participated in these activities, the coordinator of the area and the manager of the Management of Organization of the School Curriculum. With that aim to demonstrate how the process was conducted, and to identify the bottlenecks that have emerged and the existing limits.

Keywords: Teaching Sociology; Curricular Reform; Sociology Curriculum.

¹ Licenciada em Ciências Sociais e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), atualmente é professora de Sociologia da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas (SEE/AL).

² Licenciado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), atuante em seu Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

INTRODUÇÃO

Como é bem reconhecido amplamente o currículo constituiu-se como um espaço de disputas entre os diversos agentes sociais, transparecendo diversas concepções sobre a sociedade. Nos últimos anos esse tem se estabelecido como um campo de estudos que se autonomiza dentro das análises sociológicas, de tal modo que a Sociologia do Currículo constituiu-se como uma área consolidada em termos de pesquisa e que vem avançando a partir de novas formulações teóricas e de investigações empíricas.

Visando contribuir para esse debate, propomo-nos nesse artigo debater sobre o processo de construção dos Referenciais Curriculares para a Educação Básica no Estado de Alagoas. Objetivamos, deste modo, compreender como ocorreu a construção do Referencial Curricular para a Educação Básica de Alagoas, voltando-nos de forma específica para o caso da disciplina de Sociologia. No entanto, compreender apenas a construção dos Referenciais Curriculares de Sociologia, não pareceu ser suficiente durante a pesquisa, uma vez que o Referencial fora estruturado em áreas de conhecimento, de tal modo que tivemos que acompanhar o debate em torno da área de Ciências Humanas. Em termos teóricos buscamos dialogar com uma tradição de pensamento crítico no campo do currículo, e principalmente com a literatura no campo do Ensino de Sociologia.

A discussão própria sobre o Currículo de Sociologia para o Ensino Médio, ao menos, desde a reintrodução em nível nacional dessa disciplina por meio da lei 11.648/08, tem ocupado a atenção de um crescente número de pesquisadores, como pode ser atestado pelo número de pesquisas em nível de pós-graduação dedicadas ao tema (HANDFAS, MAÇAIRA, 2014), sendo um marco para a discussão tanto a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais: conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política (1999), quanto as Orientações Curriculares Nacionais: Sociologia (2006), que constituem os principais documentos oficiais norteadores da discussão em nível nacional (OLIVEIRA, 2013).

Principalmente a partir das Orientações Curriculares Nacionais – Sociologia (OCN) algumas questões passaram a figurar de forma mais evidente na discussão acadêmica, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento do estranhamento e desnaturalização da realidade social como princípios epistemológicos e da pesquisa como princípio metodológico (MORAES, GUIMARÃES, 2010), sendo este último aspecto amplamente reforçado pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), de tal forma que podemos observar algumas convergências nestes documentos (OLIVEIRA, 2014).

A Reforma aqui analisada teve um perfil bastante peculiar, tendo em vista que foi conduzida por uma empresa privada (Instituto Abaporu de Educação e Cultura) que fora contratada em 2013 por meio de um pregão eletrônico, ainda que se deva ressaltar que a referida empresa possuía experiência anterior nessa mesma área em outros Estados da Federação, o que nos leva a afirmar que esse é um modelo que aparentemente tem se disseminado no Brasil.

O foco de nosso trabalho será analisar como se deu a Reforma, ainda que todos os seus aspectos não possam ser objeto de um exame detalhado aqui, e de forma mais específica a discussão em torno do Ensino de Sociologia, o que foi investigado a partir das observações das atividades desenvolvidas, bem como de entrevistas realizadas com os professores dessa disciplina que participaram do processo, o coordenador da área (que também é professor dessa disciplina) e da gerente da Gerência de Organização do Currículo Escolar (GEORC).

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O que aqui apresentamos compõe parte dos resultados obtidos com a pesquisa realizada em nível de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, que visou analisar de forma mais ampla a questão do currículo de Sociologia no estado de Alagoas, o que foi levado a cabo entre os anos de 2013 e 2014, período do trabalho de campo.

O principal recurso metodológico nesta pesquisa foi a observação participante, de tal modo que houve o acompanhamento de três etapas desse processo de construção, culminadas com os encontros públicos que visavam as seguintes questões: a) construção dos Referenciais de Sociologia; b) construção dos Referenciais para a área das Ciências Humanas; c) construção das orientações didático-metodológicas.

Participamos, ainda, da cerimônia de lançamento dos Referenciais e o primeiro encontro público para a implantação desses Referenciais Curriculares. A utilização da observação participante possibilitou compreender as dinâmicas emanadas no espaço estudado, sobretudo as disputas que emergiram a partir dos agentes envolvidos na construção do currículo, que poderiam vir a ser ocultadas pela materialização do documento.

Para Silva (1994) tal recurso possibilita um olhar diferenciado sobre o espaço pesquisado, uma vez que o pesquisador põe-se no lugar do pesquisado, partindo do princípio da alteridade, ou seja, passa-se a olhar o espaço de dentro e não de fora. Nesse sentido, a incursão no nosso campo de pesquisa foi primordial para compreender os moldes da construção dos Referenciais Curriculares em Alagoas. Tal recurso esteve associado a outras técnicas de coleta de dados como a pesquisas bibliográfica e documental; e por fim, de entrevistas não diretas e semi-estruturadas.

A delimitação dos sujeitos de pesquisa se deu a partir das funções que eles ocuparam nesse processo, buscamos assim entrevistar aqueles responsáveis pela condução da Reforma dos referenciais curriculares da área de Sociologia, quais sejam: a Gerente da Gerência de Organização do Currículo Escolar (GEORC), o coordenador do grupo de Sociologia (também professor de Sociologia da Rede Estadual) e o consultor do grupo de Sociologia.

Também foram realizadas entrevistas com professores da rede estadual de ensino, como já anunciado, neste caso utilizamos como critério a participação nas atividades que se desdobraram na elaboração dos referenciais aqui analisados.

A “NOVA” REFORMA DOS REFERENCIAIS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM ALAGOAS

A Reforma Curricular da Educação Básica de Alagoas teve início no ano de 2011 e ainda não foi finalizada. A primeira grande etapa da Reforma, a construção dos referenciais, foi finalizada no ano de 2014. No mesmo ano em que foi encerrada a primeira etapa iniciou-se a segunda etapa, a implantação do Referencial, que vem sendo desenvolvida até o momento. Até o encerramento da nossa pesquisa esta etapa não tinha sido encerrada. Na verdade, havia uma incerteza se o processo terá continuidade, em virtude da mudança do Governo do Estado, que acarretará em mudança nas Secretarias do Estado, inclusive na Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas (SEE/AL).

A justificativa para se criar um Referencial Curricular para a Rede Pública de Ensino é a busca por elevar a posição do Estado no ranking da educação no país que é definido pelas notas do IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica), atualmente o Estado ocupa a última posição. Outra justificativa é “alinhar” os currículos de todas as instituições escolares da rede pública, que

seria requisito para a implementação do Programa do Ensino Médio Inovador³.

A proposta desta construção curricular distingue-se da construção do Referencial Curricular da Educação Básica para as Escolas Públicas de Alagoas – RECEB – publicado no ano de 2010. Caridá (2014), afirma que na antiga proposta “os professores não foram convocados para a elaboração do documento”. (p. 73-74) Dos sujeitos que entrevistamos apenas um afirma ter participado da “construção” do documento de 2010.

Nós temos um referencial chamado de RECEB do Estado de Alagoas, não sei se você teve contato. Ele foi mandado pras escolas discutir nos grupos e enviar a produção pra lá, muito distante, como se fosse por correspondência. E em 2010 chegou o Referencial nas escolas, também as escolas, não deram o mínimo valor, pode ter certeza disso (...) Dependia de você para fazer o grupo, entregava pra CRE⁴, a CRE levava pra Maceió. Quer dizer, você só com o grupo daqui mandava pra lá, não tinha uma orientação, não tinha esse debate, que era específico nas escolas. Então foi feita essa parte, por isso chamo por correspondência, sim. (...) Então, foi feito em todas as CRE's, pegando a produção, levando pra Maceió. E daí, segundo ele o objetivo era ver a cultura de cada, digamos, sociedade, digo, cada comunidade escolar e chegar a esse denominador e formar o currículo, como foi feito o RECEB. (Professor B, 2014)

A construção dos referenciais foi promovida pela GEORC contanto com uma assessoria da empresa contratada para tal finalidade. Todavia o processo de implementação está sendo realizado pela GEORC e parceiros⁵ da própria SEE, pelas Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE) e pelas próprias escolas. Este tipo de prática afina-se com o que vem sendo criticado por uma série de autores (APPLE, 1999; LOPES, 2004; NEVES, 2005) que têm discutido políticas educacionais que diz respeito a uma decrescente participação do Estado nesses processos.

Apple (1999) atribui a esse movimento, bastante específicos aos países Latino-americanos, movimento este no qual o estado passa a ser um regulador mínimo e que favorece ao investimento de agentes internacionais nas políticas educativas desses países, que interfere diretamente, por exemplo, nas condições do trabalho docente. O currículo, nesse momento, emerge enquanto um dispositivo, uma política de alcance nacional, ele se estabelece como uma nova estratégia de regulação e configuração dos sistemas educativos.

Ao entrevistarmos os agentes envolvidos no processo podemos perceber algumas

3 O Ensino Médio Inovador é um programa do Governo Federal que tem como objetivo induzir a reestruturação dos currículos no ensino médio possibilitando o desenvolvimento de atividades que articulam trabalho, ciência, cultura e tecnologia. (Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439);

4 A sigla CRE refere-se às Coordenadorias Regionais de Educação do Estado de Alagoas. As coordenadorias designam a regiões diferentes do Estado. O Estado possui 15 Coordenadorias, quatro delas estão localizadas na cidade de Maceió.

5 A implantação dos referenciais está contanto com a parceria da Superintendência de Gestão de Rede Estadual de Ensino – SUGER; da Gerência de Apoio à Formação continuada – GEFOC; da Gerência de Documentação e Vida Escolar – GEDEV; Desenvolvimento das Unidades de Ensino – DIGUE.;

contradições nas falas sobre o papel da empresa contratada, no que se refere à condução do processo.

[...]Pra gente foi mais fácil contratar a empresa e a empresa contratar os consultores. Então essa foi a relação do instituto Abaporu com o processo de construção do referencial curricular. Nós construímos o projeto e dissemos ao Instituto Abaporu o que é que nós queríamos e nós desejávamos que o instituto Abaporu contratasse os consultores e coordenasse o processo de construção do referencial curricular no tocante a primeira etapa de participação dos professores e de estudos dos documentos oficiais que tratam de currículo, que organiza o currículo da educação básica foi toda conduzida pela GEORC. (Gerente da GEORC, 2014)

No entanto, em outro momento a própria gerente afirma a responsabilização dos consultores, conseqüentemente da empresa contratada, na construção dos Referenciais.

[...] Eles adotaram o nosso projeto e foram contratados para realizar o serviço que a secretaria disse que queria que eles fizessem, então, eles contrataram os 13 consultores, né, fizeram contrato, é..., acordaram as formas de pagamento dos serviços dos consultores das diferentes áreas do conhecimento e cuidou de fazer a discussão entre, dentre os consultores nós alinhamos que deveria que ter um consultor que discutisse currículo, em geral pra fazer o, assim, a... alinhar as discussões de todas as áreas na mesma direção, né e a gente precisava de um profissional mais experiente, eu não tinha coragem de me lançar nesse desafio, então por isso que era necessário um consultor que discutisse currículo numa dimensão mais geral, de incluir, todas as áreas de conhecimento, o consultor foi a Rosaura Soligo que tratou de organizar toda a discussão, com os consultores de todas as áreas e de estar definindo quais os aspectos que deveriam ser mantidos, é..., em todas as áreas, unificar o processo de construção do referencial. Então, aí, a partir desse momento a Rosaura Soligo, que discutia currículo em geral porque ela tem essa expertise, ela passou a coordenar o trabalho com os consultores e eu passei a coordenar numa dimensão mais administrativa, né, a participação dos professores, a realização dos encontros, as entregas dos produtos, né, dos textos sistematizados e orientados pelos consultores. Os encontros entre os consultores e os técnicos das GEORC como líderes de cada área do conhecimento e de cada componente que constitui a área, esta ficou sendo a minha função com a chegada do Instituto Abaporu. E fora a função de vigiar, fiscalizar o trabalho, pra identificar os aspectos que de repente poderiam estar destoando do que a gente projetou. (Gerente da GEORC, 2014)

Percebemos assim que houve uma participação fracionada dos agentes, professores, coordenadores e consultores. Os professores, por exemplo, possuíram momentos específicos de participação, ao passo em que a participação dos coordenadores e consultores foi mais além, atuando junto aos os professores nos encontros, como também, construindo o próprio material.

[...] O pessoal da GEORC tem os técnicos de cada área né, a sociologia se reunia com o pessoal de sociologia, geografia com geografia, etc. Em todo momento, em todo o processo, o material passava pelos técnicos da GEORC e passava pela gente. A gente tinha liberdade pra poder construir, pra poder intervir, pra poder criticar, poder, é..., abstrair alguma coisa, pra poder acrescentar. (Consultor de sociologia, 2014)

Nesse sentido, a construção do material denota um campo de diversas intervenções, a dos professores, dos coordenadores e dos consultores, constituindo-se em espaços de negociação, sobretudo, de ressignificação e autonomia, por parte dos coordenadores e consultores. No entanto, cabe ressaltar uma peculiaridade na construção dos Referenciais no Estado de Alagoas. Embora fora o Instituto Abaporu, a empresa de consultoria contratada para intervir no processo, não foi o mesmo quem selecionou os consultores das respectivas áreas. A GEORC, foi a responsável por selecionar os consultores, por entender que os profissionais vinculados à instituições locais⁶ desenvolvem trabalhos de pesquisa no Estado, e por que “[...] conheciam melhor a realidade local e poderiam trabalhar melhor essa reforma curricular” (Consultor de Sociologia, 2014). O instituto, entretanto, possui dois⁷ agentes responsáveis pelas componentes curriculares de filosofia e sociologia, ambos com formação na área de filosofia.

A CONDUÇÃO DA REFORMA

A nossa presença no campo iniciou-se em outubro do ano de 2013, mais precisamente, no dia 19 do referido mês. Fizemo-nos presente no último dia de encontro das componentes curriculares, isto é, no grupo específico da sociologia. No entanto, as articulações com vistas à Reforma foram iniciadas desde o ano de 2011, como o próprio documento indica (ALAGOAS, 2014).

O processo da Reforma passou por duas gestões, uma que vai de 2011 a 2012; e outra que vai de 2012 a 2014⁸, dos nossos entrevistados, somente a gerente esteve presente nas duas gestões, na primeira enquanto técnica. A equipe que constituía a GEORC, nesse momento, contava com quatro técnicos: dois pedagogos e dois agentes com graduação em Letras. Ainda que o documento aponte uma organização específica nesta etapa, percebemos que a partir das falas dos agentes que o processo da Reforma, passou a se encaminhar no ano seguinte. Segundo a Gerente da GEORC, a ausência de encaminhamentos foi um dos motivos de seu afastamento da equipe, que aconteceu em junho de 2012. Seu retorno, agora enquanto gerente ocorreu no mês de outubro do mesmo ano.

⁶ Os consultores selecionados pela GEORC possuem vínculos à Universidade Federal de Alagoas, ao Instituto Federal de Alagoas e, por fim, ao Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC.

⁷ Cf. os dados em www.institutoabaporu.com.br.

⁸ Delimitamos esta última gestão até o encerramento da nossa pesquisa.

Algumas premissas foram admitidas para a construção desse Referencial, dentre elas, a necessidade de formar uma equipe multidisciplinar, em que cada componente curricular possuiu um agente referente a ela. Desse modo, a GEORC contou, na construção dos referenciais, com 13 técnicos pedagógicos, com exceção da componente curricular de biologia⁹. Além de agentes especialistas, os consultores, os quais representavam o Instituto Abaporu no processo. Outra premissa considerada é a construção de um Referencial no qual considere a interdisciplinaridade, a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento. A última premissa, que consideramos elementar na construção desse Referencial, é a concepção de um currículo elencado por competências e habilidades.

Partindo dos documentos oficiais nacionais¹⁰, no caso da Sociologia os Parâmetros Curriculares Nacionais – conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política (PCN-1999) e as OCN (2006), a elaboração dos Referenciais de Alagoas apresentaram uma tendência globalizante, influenciada pela conexão entre educação e trabalho. Nesse sentido, o currículo materializado deve proporcionar elementos que potencializem no educando a preparação para o trabalho e, sobretudo, o exercício da cidadania. A concepção da construção do currículo por competências e habilidades, provocou divergências entre os participantes do processo.

Tivemos muitas polêmicas, porque primeiro, a questão dos componentes curriculares, ou melhor, das competências e habilidades não era um termo muito aceito pelas pessoas, ao mesmo tempo também não houve muitas propostas consistentes, alternativas a isso, né. (...) nós tínhamos visto que na verdade, é..., não seria um grande pecado mortal, é..., construir um currículo dentro desses padrões, desses procedimentos de competências e habilidades. (Coordenador de sociologia, 2014)

No entanto, o que apreendemos na nossa pesquisa, pelo menos nos encontros delimitados aos docentes, é que a escolha por um currículo por competências e habilidades já estava “determinada”. Não houve um espaço para a proposta de mudanças a esse modelo, críticas foram feitas, no entanto, o modelo foi mantido, segundo os relatos dos docentes.

Após a delimitação das premissas que iriam conduzir a construção do currículo, e o subsequente retorno da Gerente em 2012, deu-se início a segunda etapa do processo da construção dos Referenciais com a formação dos Grupos de Trabalho (GT) que se organizaram por componentes curriculares, cujas atividades foram organizadas pelas CRE, que encaminharam os convites às escolas, e estas, aos docentes.

Dos nossos entrevistados, somente o docente que participou da construção do RECEB, foi

⁹ Para a referida componente curricular, a GEORC contou com o apoio da Gerência de Formação Continuada – GEFOC, uma vez que não conseguiu selecionar nenhum técnico pedagógico para a disciplina.

¹⁰ [...] o processo de construção deste documento, realizou-se a análise de alguns documentos oficiais publicados pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais, PCN, Matrizes de referência dos exames de larga escala (Provinha Brasil, Saeb, Prova Brasil, ENEM, entre outros), documentos publicados pela própria SEE/AL (Referencial Curricular da Educação Básica de Alagoas – RECEB, Matrizes Curriculares (1996); Referenciais/Propostas Curriculares publicadas por diferentes unidades da federação (São Paulo – SP, Goiás, Espírito Santo, Acre, São Luiz – MA, etc), bem como referenciais teóricos publicados por diferentes pesquisadores da área de currículo. (ALAGOAS, 2014, p.14-15)

quem relatou o convite. Segundo ele, o convite vindo da SEE/AL através das CRE designava um grupo de trabalho/estudos, da disciplina de Sociologia, assim como as demais disciplinas, as inscrições foram feitas nas respectivas CRE as quais os docentes estavam lotados. Quando se propôs constituir os grupos de trabalho/estudos, ainda não se debatia sobre a possibilidade de construir os Referenciais para a Educação Básica.

[...] Mas o meu convite foi através da Secretaria Estadual de Educação para a CRE e a CRE¹¹ enviou o convite à escola, deixando livre, quem gostaria de participar dos GT, grupos de trabalho, né, específico para a formação. E aí quando foi chamado pra Maceió, já foi específico, participar da construção do currículo de sociologia. (Professor B, 2014)

O grupo de Sociologia designado a 9ª CRE não chegou a ser consolidado. Segundo ele, não houve inscrições para o grupo de Sociologia, somente a sua. Ainda que estivesse se articulado com professores de Sociologia de outras escolas da mesma CRE, ele aponta que a ausência de inscrições poderia ser justificada pelo fato de que os docentes que trabalhavam com a Sociologia seriam professores-monitores¹² e não efetivos.

Os demais professores de Sociologia que participaram da nossa pesquisa, não participaram dessa etapa do trabalho, um deles por ainda não está na equipe da GEORC, e os demais justificaram a ausência de comunicação por parte das CRE, e que somente houve convite para os mesmos participarem da etapa da construção dos referenciais.

Creio que nem eu e ninguém né, desde que se findou esse currículo, começou desde o início como deveria ser mesmo. A gente recebeu, a gente ficou sabendo da ideia da construção do currículo da reformulação do currículo em 2012-2011, ficamos esperando quase dois anos praticamente, é..., que a gente fosse chamado, a gente é que perguntava. (Professor C, 2014)

A terceira etapa seria a produção do material, neste momento notamos uma participação maior dos professores. Esta etapa foi subdividida em quatro encontros que contou com o envolvimento e participação de 375 profissionais¹³, dentre professores da rede estadual e técnicos pedagógicos (lotados na GEORC e nas demais gerências que contribuíram no processo). No grupo

11 A 9ª CRE refere-se à citada pelo docente, uma vez que ele estava lotado a época, na Escola Estadual Correia Titara na cidade de Piaçabuçu.

12 Num primeiro momento da construção dos referenciais, não se houve uma participação massiva de monitores porque a Secretaria de Educação não poderia disponibilizar ajuda de custo aos mesmos. Uma vez que o vínculo empregatício não disponibiliza número de matrícula. Desse modo, a burocracia impede que os professores não recebam a referida ajuda por ausência de matrícula. No entanto, alguns professores-monitores participaram mesmo sem a ajuda de custo, como é o caso de um professor do grupo de sociologia.

13

Os professores que participaram da Reforma foram “liberados” pelas escolas para participarem do processo. E os docentes, ainda receberam ajuda de custo; e, ao final do processo receberiam uma declaração constando a participação nos eventos.

da componente curricular de Sociologia estiveram presentes 5 professores de sociologia, sendo um deles o próprio coordenador do grupo, que também é professor de Sociologia da Rede Estadual. Dos 5 professores, não conseguimos localizar um, nem por e-mail, nem por telefone.

A primeira etapa da referida subdivisão, constituiu-se através de um seminário que “[...] objetivou alinhar o discurso entre todos os envolvidos [...]” (ALAGOAS, 2014, p. 14). O seminário foi realizado no auditório da Escola Superior de Magistratura do Estado de Alagoas – ESMAL, com a presença dos técnicos pedagógicos, consultores e professores da rede estadual. A discussão sobre currículo e diversidade, segundo o coordenador de Sociologia, emanou outras discussões que perpassam pelo eixo da diversidade como, educação escolar quilombola, indígena, ambiental, do campo, de gênero, entre outros, além de temas relacionados à própria temática de currículo, sobretudo apresentar os moldes a que se vislumbrava construir o Referencial Curricular.

Nesse encontro, vislumbrou-se apresentar, também, como se organiza a educação básica, as etapas e modalidade de ensino. Houve nesse momento apenas apresentação e discussão de como se constituiria a construção dos Referenciais, não tendo havido nenhuma produção por parte dos professores, segundo afirma o coordenador do grupo de Sociologia¹⁴. No entanto, esta etapa culminou nos três primeiros capítulos do Referencial: CAPÍTULO 1: O Papel da Escola na Formação do Sujeito; CAPÍTULO 2: A Organização da Educação Básica; e, CAPÍTULO 3: Desafios para a Rede Estadual de Ensino de Alagoas.

Os demais encontros sucederam-se a partir da seguinte dinâmica: num primeiro momento desenvolvendo-se a partir de seminários, discussões teóricas; estendendo-se, num segundo momento, a sistematização do conhecimento escolar a partir de oficinas. Os encontros foram realizados, em sua maioria, no Cenfor de Formação Ib Gatto Falcão (Cenfor)¹⁵. “O segundo e terceiro encontros discutindo e sistematizando as 'Concepções de currículo e as formas de organização do conhecimento escolar' [...]” (ALAGOAS, 2014, p. 14)

Desse modo, os encontros referentes aos componentes curriculares sucederam-se nos dias 18 e 19 de outubro de 2013. A construção da componente de Sociologia contou com a presença de cinco professores¹⁶ sendo um deles o próprio coordenador do grupo e do consultor de sociologia. Desses cinco docentes apenas dois possuem graduação em Ciências Sociais. Dois docentes possuem graduação em Pedagogia e o professor/coordenador possui graduação em História. É significativo o fato de que a ausência de docentes graduados em Ciências Sociais lecionando Sociologia na Educação Básica é um traço recorrente em todo o país. E ainda que isto constitua um terreno bastante heterogêneo, no caso de Alagoas isso é mais aprofundado pelo fato de que só houve dois concursos públicos para professores dessa disciplina, cujos editais foram publicados em 2005 e 2013, sendo que apenas no segundo garantiu-se a exclusividade dos graduados em Ciências Sociais para pleitear o cargo, no primeiro edital também os graduados em Pedagogia podiam concorrer, ademais no Estado há uma única instituição formadora nessa área do conhecimento, a Universidade Federal de Alagoas, a qual possui um único campus com oferta de curso presencial de Ciências Sociais que iniciou suas atividades nos anos de 1990 (OLIVEIRA, REGO, SILVA, 2014).

¹⁴ Como ainda não estávamos presentes no campo nesse momento remontamos esta etapa a partir do discurso do coordenador do grupo da sociologia.

¹⁵ O Cenfor fica localizado no CEPA – Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas –, localizado na cidade de Maceió em Alagoas. É um complexo educacional, concentrando várias instituições escolares de ensino fundamental e médio. Nele está localizado, ainda, a Secretaria do Estado da Educação e do Esporte de Alagoas.

¹⁶ Apenas um desses professores se enquadra a “função” de professor-monitor.

A PRODUÇÃO DO MATERIAL E O PAPEL DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA

Segundo o consultor de Sociologia, a discussão teórica nessa etapa subsequente do processo partiu do estudo dos PCN e das OCN; bem como a utilização de livros didáticos, os aprovados no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2012. Como também o livro da Cristina Costa, *Sociologia- introdução à ciência da sociedade*; e, ainda, o livro de Pêrsio Santos de Oliveira, *Introdução à Sociologia*¹⁷, ambos os livros haviam sido reprovados pela comissão avaliadora do PNLD. Como também elencou debates sobre as propostas dos professores da Rede Pública de Alagoas.

[...] então primeiro ponto foi essa pesquisa entre o grupo para mostrar as dificuldades que encontrávamos que ainda encontramos hoje na sala de aula. Um segundo ponto foi, é..., listar como eu trabalho, por escrito, todos do grupo dizer quais os teóricos que você adotou para trabalhar e qual daquele você também tinha as referencias básicas e complementar. (Professor B, 2014)

Nas oficinas, formou-se um grupo com todos os participantes, onde foram debatidos sobre quais seriam os principais eixos de discussão da disciplina, ou seja, quais os principais recortes teóricos que deveriam ser privilegiados nessa construção. Numa sala de aula o consultor e o coordenador do grupo apresentaram a proposta para a construção do referencial, eles a apresentaram e indicaram os materiais auxiliares aos docentes. Lotados numa sala de aula, os professores formaram um grupo único, para conduzir sua produção e passaram a debater sobre o que seria essencial para se ensinar e se aprender com a Sociologia no Ensino Médio. Nesta etapa os professores não precisaram apresentar o que fizeram, eles apenas sistematizaram as competências e habilidades numa folha e entregaram a produção para a GEORC¹⁸.

O processo foi a todo tempo dialógico (no sentido de apresentar propostas para construir o material), presencial e virtualmente, também foram estabelecidos os “feedback”, entre professores e a GEORC e entre a GEORC e o consultor. A cada encontro, as produções elaboradas pelos professores eram sistematizadas (pela GEORC e pelos consultores) e encaminhadas via e-mail aos professores, e eles tinham a “liberdade” em responder a eles propondo novas perspectivas, ou até mesmo, criticando.

No entanto, os professores indicaram uma ausência de uma estrutura a seguir, assim como a ausência de um debate mais reflexivo acerca das teorias e práticas do professor de Sociologia.

¹⁷ Estes livros foram utilizados, pois os professores poderiam utilizar, como subsídio os manuais que utilizavam nas escolas. No entanto, queremos destacar que, no caso do livro do Pêrsio Santos de Oliveira, como aponta Sarandy (2004) e Takagi (2007), foi um manual didático utilizado num momento em que não havia uma produção significativa de manuais didáticos que dialoguem com perspectiva sociológica, mas também pedagógica. Já a versão da Cristina Costa, se apresenta numa versão mais sociológica, apresentando um nível mais elevado de erudição (no sentido sociológico), que o do autor citado anteriormente.

¹⁸ A produção foi encaminhada consubstanciada nos pilares da educação propostos pela UNESCO: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e, aprender a ser. Estes, por sua vez, fortalece a concepção de um currículo por competências.

[...] então, o que se mandou foi muito em textos, textos e textos, confesso a você, eu não queria responder a textos porque teorizar é fácil e é difícil de fazer com texto. Nesse exato momento, era o momento de debate e discussão, de ampliação da reflexão sobre o currículo no estado de alagoas. (Professor C, 2014)

Os processos de disputa nessa etapa da construção dos Referenciais, centralizou-se diante da dicotomia entre formados em Ciências Sociais e não formados em Ciências Sociais, produzindo dois polos de conhecimento distintos, o da teoria sociológica e o conhecimento didático.

[...] quando a gente chegou a forma como estava sendo avaliado o material, sendo feitas as observações, era como se tivesse duas perspectivas, a perspectiva dos profissionais formados em sociologia e a dos outros profissionais das diversas áreas né, especialmente, naquele dia, de pedagogia. (Professor A, 2014)

Essa dicotomização entre diversas concepções com respeito à Sociologia em sala de aula já fora apontado na pesquisa de Santos (2002), ao indicar uma perspectiva de conhecimento mais aplicado e prático da Sociologia por parte daqueles que não possuem formação inicial na área, ao passo que os que possuem formação nas Ciências Sociais aproximar-se-iam de uma concepção mais acadêmica da disciplina.

Essa questão da formação provocou intensos conflitos, um deles foi a segregação entre os que tinham base das Ciências Sociais e os que não tinham, esses dois grupos dispunham de interesses substancialmente distintos. Isto é, o primeiro quis dar um sentido sociológico; o sentido dado pelo outro grupo caracterizava uma “sociologia consubstanciada no senso comum”. Os conflitos produzidos especificamente no grupo de Sociologia entornavam a perspectiva de apropriação do conhecimento sociológico, por parte dos graduados em Ciências Sociais e a ausência dessa apropriação por parte dos não graduados. Nesse sentido:

[...] a gente vê, assim, que existe uma diferença na forma de pensar menos crítica, menos politizada, por assim dizer, desse outro, das pessoas que não são formadas em ciências sociais. Porque, claro que vai ser diferente, porque as pessoas não conhecem a sociologia tão a fundo quanto nós (...) (Professora A, 2014)

Essa foi uma discussão forte nos grupos **(apropriação e não apropriação do conhecimento)**¹⁹, o grupo que não era formado em ciências sociais queria muito desprezar essa teoria né. E no caso, não é necessariamente desprezar a teoria, mas saber utilizá-la. Claro que você não vai chegar, e pegar um trecho da ética protestante e espírito do capitalismo e dá pro menino, é..., como é que diz, fazer a crítica, não é fazer isso. Mas você, e

¹⁹ Grifo nosso.

o professor, eu acho que tem muito a ver com a experiência do professor. O professor experiente, de certa forma, ele já sabe fazer esse processo de que em pedagogia eu acho que eles chamam de transposição didática. (Professor D, 2014)

Essa tentativa de definir uma identidade para a Sociologia no Ensino Médio provocou um dilema na própria elaboração do material por parte dos técnicos da GEORC. Uma vez que, não poderia suprimir o diálogo com as teorias das Ciências Sociais, tampouco, suprimir as concepções de um currículo por competências, que relaciona, também, trabalho e cidadania. Nesse estágio da Reforma o que se buscava eram encaminhamentos, produções com vistas a dar celeridade a construção dos referenciais. Desse modo, a cada encontro os materiais produzidos eram sistematizados pelo coordenador e consultor de Sociologia, e encaminhados aos professores por e-mail. Esse “feedback” foi mantido, vislumbrando articular as produções dos encontros subsequentes, culminando na seguinte tabela elaborada pela GEORC.

COMPONENTE: SOCIOLOGIA
<p>1. O QUE É PRECISO QUE OS ALUNOS CONHECAM/COMPREENDAM?</p> <p>Que ele é um sujeito</p> <ul style="list-style-type: none">• O que estuda a Sociologia e a Antropologia• Essencialmente político• Agente de Mudança/Transformação• Teoria Sociológica dentro de um contexto social• Teóricos das Ciências Sociais• Trabalho na Sociedade Moderna (Corporativismo/Empreendedorismo)
<p>2. O QUE É PRECISO QUE OS ALUNOS SAIBAM FAZER?</p> <ul style="list-style-type: none">• Discussões acerca de: cidadania, democracia, direitos, deveres, moral, sociedade, direitos humanos, ECA, Estatuto do Idoso, Constituição do Brasil.• Participarem de Grupos e Movimentos Sociais• Pesquisas na comunidade local fazendo relação/comparação com as outras comunidades.• Reflexões acerca de ser “sujeito que faz Política”.
<p>3. O QUE É PRECISO QUE OS ALUNOS APRENDAM A SER?</p> <ul style="list-style-type: none">• Cidadãos críticos, reflexivos, políticos, etc.
<p>4. O QUE É PRECISO PARA QUE OS ALUNOS APRENDAM A CONVIVER?</p> <ul style="list-style-type: none">• Compreendam? O que essencial na vida humana – A necessidade de estar

com o outro, de precisar do outro;

Fonte: Tabela sistematizada pela GEORC.

Tendo os PCN e as OCN, além de um currículo como um dos pilares principais para a construção desse referencial, a constituição dos momentos subsequentes se firmou a partir das premissas principais desse documento, flexibilidade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Segue, ainda, os princípios propostos pela UNESCO, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Foi então que foi sucedido o terceiro encontro para a produção do Referencial Curricular.

O que percebemos diante dessa construção dos referenciais para a Educação Básica de Alagoas é que embora tivesse uma proposta inicial de para uma articulação com os contextos locais, não foi observado esse encaminhamento. Uma vez que, as propostas ficaram demasiadamente subordinadas às propostas dos documentos nacionais. Pensamos que isto relaciona-se às reformas educacionais que buscam responder a uma proposta mercadológica, nesse caso especificamente, à exigência de bons resultados (APPLE, 2005). A política neoliberal influi ainda nos modelos de currículo por competências, que é o modelo adotado pela GEORC, que segundo Lopes (2004), são consequência da influência externa²⁰ nas reformas educacionais locais.

Obedecendo à mesma dinâmica do encontro anterior, este encontro foi articulado entre seminários e oficinas. Os seminários sucederam-se da seguinte maneira: os professores que participaram da construção do material receberam as instruções do coordenador da área das Ciências Humanas/coordenador do grupo de Sociologia.

A concepção da área de Ciências Humanas, segundo a GEORC, vai se conformando a um sentido de compreensão dos problemas sociais. Desse modo, a proposta trazida pela gerência é um currículo da respectiva área integrando e complementando os componentes curriculares.

Apresentada uma concepção do que seria um currículo das/para as Ciências Humanas, as oficinas foram encaminhadas a partir da constituição de subgrupos, formados pelos docentes de Sociologia, Filosofia, História e Geografia. Nessa etapa específica, somente o Professor B e o Professor D/Coordenador, estiveram presentes representando a área de Sociologia. O Professor A, afirmou não ter mais participado dessa etapa como da subsequente por ausência de convite por parte da SEE/AL. Já o Professor C, afirma não se sentir incentivado a participar das demais etapas, além de possuir uma descrença nas políticas propostas pela SEE/AL

[...] eu comecei a perceber que se a gente não fizer a nossa parte, nem que seja no nosso mundinho, como a gente faz aqui na nossa escola, na qual os nossos professores não vão a nenhuma formação que, prestada pelo Estado. Nós aqui damos a formação para os nossos professores, ou pelo menos mantém convênio, com a Universidade Federal, muitos professores estão lá, e a gente dá todo o incentivo do mundo não é à toa que hoje que nós temos muitos professores estão fazendo mestrado porque a gente tá incentivando, então a gente mudou todo o foco da escola e não é à toa que a gente conseguiu, quando nenhuma escola

²⁰ Agente de várias ordens influem nas políticas educacionais como por exemplo o BIRD e a UNESCO.

dessa Coordenadoria regional, perdão, teve uma ela, alcançou a média do IDEB, porque a gente se concentrou todos os esforços dentro da escola, né, não é à toa que essa escola é uma escola que mais coloca alunos na Universidade. (Professor C, 2014)

As oficinas tinham uma dinâmica diferente, já que o encontro, neste momento, é por áreas do conhecimento, foram formados vários grupos, cada grupo com um professor de cada componente curricular, no caso das Ciências Humanas, um professor de Sociologia, um de Filosofia, um de História e outro de Geografia. No caso específico da Sociologia apenas um professor que participou desta etapa.

Nesse momento objetivava-se elencar competências e habilidades relativas à área de Ciências Humanas. Foi solicitado que os professores discutissem entre si e identificasse os conceitos que contemplasse a todas as disciplinas com vistas à interdisciplinaridade. Ao final do encontro, os grupos apresentaram seus trabalhos para os demais grupos e a produção foi entregue à equipe da GEORC.

Nesse momento da construção, os diversos sujeitos reuniram-se em subgrupos, aos quais foi solicitado que produzissem um quadro referente à área das Ciências Humanas de modo dialogado com os componentes curriculares, Geografia, História, Sociologia e Filosofia. A partir daí designar competências e habilidades relativas à área, a partir dos seguintes conceitos: identidade e alteridade; relações sociais; tempo e espaço; cultura; dominação e poder; ética; e, por fim, trabalho. Desse modo, ficou a critério de cada grupo, escolher pelo menos três desses conceitos e indicar das competências e habilidades de acordo com cada componente curricular e por fim apontar os conteúdos convergentes.

Essa etapa foi a mais conflituosa de todas, o que em parte se deveu ao fato de que havia aproximadamente 25 sujeitos de diferentes áreas de conhecimento e, por sua vez, cada um com interesses distintos no que tange a produção do currículo. Os conflitos se deram pela oposição aos moldes em que se vinha construindo os Referenciais, pois alguns sujeitos queriam o espaço para o debate mais amplo e mais profundo, com a finalidade de se problematizar o próprio modelo de currículo que estava sendo construído. No entanto, segundo as instruções da GEORC, este momento seria dedicado a contemplar a construção a partir da produção dos professores, e não seria o momento para a crítica.

Esta etapa contou com uma maior pluralidade de visões de mundo e concepções sobre a constituição de um referencial curricular, havendo claramente inúmeras divergências de interesses sobre a constituição deste. Houve ainda a resistência de alguns sujeitos com o modo de elaboração dos referenciais, considerando que não se discutiu, nem se problematizou questões fundamentais de elaboração do currículo.

Notamos, que boa parte dos conflitos entre os sujeitos foram reflexo de uma ausência na abertura de um diálogo mais “crítico”, de uma reflexão acerca da proposta do currículo por competências, tendo em vista que os encontros tinham por objetivo principal produções acerca do Referencial. A tabela a seguir demonstra a produção, sistematizada pela GEORC.

COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS CONVERGENTES
--------------	-------------	------------------------

Compreender os elementos culturais buscando a identidade.	Reconhecer a relação identidade e cultura, partindo dos aspectos históricos e geográficos de Alagoas; Analisar a produção da memória e a transformação do espaço geográfico de Alagoas, interligando com o espaço nacional e mundial; Respeitar a sua identidade, tornando visíveis as minorias ou os grupos ditos marginalizados, vencidos e excluídos da sociedade antiga e atual.	História de Alagoas; Geografia de Alagoas; História do Brasil; História e geografia global.
COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS CONVERGENTES
Orientar e exercitar a cidadania, elevando-nos a agir em situações problemas, favorecendo uma ação consciente, valorizando o coletivismo em detrimento do individualismo, onde as lutas sociais e conquistas obtidas tornem-se em garantias ampliadas.	Promover estratégias de formas inclusivas e o bem comum; Aplicar recursos tecnológicos para um melhor desenvolvimento nas práticas docente e discente na construção da vida social.	Cidadania; Democracia; Formação étnico cultural e de gênero da população brasileira; Ética; Grupos sociais; Participação política
COMPETÊNCIAS	HABILIDADES	CONTEÚDOS CONVERGENTES
Conceituar cultura fundamentando a identidade pessoal e social numa perspectiva holística; Refletir a cultura em diferentes épocas e espaços.	Superar a passividade frente a realidade social e ao próprio conhecimento.	Contribuição de outras culturas na formação da cultura nacional.

Fonte: Tabela sistematizada pela GEORC.

O encerramento do ciclo de encontros realizou-se através de seminários e oficinas realizadas nos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2013 no Cenfor. Neste quarto encontro, a construção dos Referenciais estabeleceu-se “discutindo e sistematizando as 'Orientações didático-metodológicas e os modelos de organização e desenvolvimento da prática pedagógica'.” (ALAGOAS, 2014, p 14).

No mesmo molde anterior foram formados grupos vislumbrando a construção de três instrumentos metodológicos, atividades permanentes, projetos didáticos e sequência didática, a produção desses três materiais culminou, ainda que indiretamente, num ponto trazido pelos

referenciais, a avaliação.

A sequência didática enquanto instrumento metodológico caracteriza-se por desenvolver uma série de atividades a partir de uma atividade motivadora determinada por um tempo específico de aulas, além de proporcionar uma avaliação contínua e paralela. Já o projeto didático, assemelha-se, em certa medida, a um projeto de pesquisa, ainda que tenham objetivos distintos. O projeto didático ou projeto interdisciplinar diferencia-se da sequência didática, por requerer um modo mais elaborado, bem como um período de tempo maior para sua execução. Assim como um projeto de pesquisa, o projeto didático deve conter uma problemática, a delimitação de um tema, justificativa hipóteses, objetivos, no entanto diferencia-se pela avaliação.

As oficinas realizadas pelos três grupos constituídos produziram três materiais distintos de cada instrumento metodológico: as atividades permanentes, os projetos didáticos e a sequência didática. Sendo assim optamos por não torná-los públicos, uma vez que não temos autorização dos autores para tal ação. No entanto, o modelo trazido no Referencial, foi uma produção dos professores de um dos grupos, foi publicada a proposta que mais se aproximou da asserção da GEORC. E assim encerra-se o ciclo de encontros com a finalidade de construção desse Referencial.

Findada estas etapas, a equipe da GEORC com os consultores sistematizaram a produção dos referidos encontros em sete cadernos: Anos Iniciais; Educação Infantil; Ensino Religioso; Ciências da Natureza; Matemática; Linguagens; e, Ciências Humanas. O lançamento dos Referenciais da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino do Estado de Alagoas, deu-se no dia 18 de agosto de 2014, no Teatro Gustavo Leite, no Centro Cultural e de Exposições Ruth Cardoso. Contou com a presença dos gestores da SEE/AL, inclusive a própria Secretária de Educação à época, contou também com a presença do reitor da UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas, bem como a maioria dos participantes do processo de construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que não tenha sido nosso objeto de pesquisa, participamos ainda do início das articulações para consumir a implantação do material. Os encontros ocorreram na própria secretaria, nos dias 08, 09 e 22 de setembro, não fomos autorizados a participar das reuniões internas da GEORC, mas somente dos encontros públicos, nos quais foi comunicado que a dinâmica da implantação dos referenciais nas escolas dar-se-á por meio de multiplicadores.

Nos dias de debates sobre o processo de implementação, o que se fez foi estudar o próprio material, mais especificamente os capítulos comuns a todos os cadernos, o Capítulo 1, 2, 3, 5 e 6. Esse estudo se constituiu da seguinte forma: o técnico pedagógico da GEORC apresentava os respectivos capítulos, e ao findar as apresentações abriam-se inscrições para esclarecimentos, críticas, debates, etc.; e subsequente a esta etapa, foram apresentados os instrumentos que legitimará a implantação, o Projeto Político Pedagógico, como também, o Regimento Escolar. O primeiro instrumento, por constituir-se um documento que articula processos de aprendizagem e comunidade escolar. Já o segundo, declara a estrutura organizacional da escola, além de indicar as práticas didáticas e regras de convivência escolar. O objetivo de incorporar o Referencial a esses dois instrumentos é de torná-lo legítimo, legal e “obrigatório”, em certa medida.

Percebemos significativa mudança, comparando à elaboração anterior, no processo de construção do Referencial Curricular de Alagoas, pois há um contexto de posições políticas, de conflitos, de negociação e de ressignificação. No entanto podemos apontar alguns equívocos na construção desse material, como significativa ausência de participação de professores- monitores

nos encontros, uma vez que há a presença significativa destes na escola.

No caso específico da disciplina de sociologia, notamos uma descontinuidade na participação dos professores, o que nos leva a repensar sobre os moldes de articulação, de concepção curricular, e, sobretudo, de incentivo ao professor da Rede Pública de Ensino. Percebemos, ainda, a partir da pesquisa de campo nos encontros que ainda que a proposta de participação dos docentes nos encontros fora uma boa iniciativa, porém essa participação esteve muito limitada a uma construção de materiais que visavam a responder a uma demanda prática, e não a uma reflexão, a uma crítica do próprio processo, não houve espaços para problematização, sobre a concepção de currículo adotada pela Secretaria, por exemplo, apenas buscou-se responder à uma demanda dada a priori.

Ao que parece apesar da questão curricular ser uma das mais relevantes hoje dentro do debate sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica, tendo em vista a ausência de um currículo estabelecido nacionalmente, a condução de Reformas enquanto fator isolado não parece resolver a questão.

Tomando o caso específico por nós analisado podemos considerar que ao menos duas dificuldades principais se colocaram no processo de elaboração do currículo de Sociologia para o Ensino Médio em Alagoas: a) a baixa participação docente que pode se ligar a uma multiplicidade de fatores, que inclui desde dificuldades na comunicação entre os diversos agentes envolvidos no processo, divergências quanto à condução da Reforma, ou ainda as próprias condições de trabalho docente que fazem com que os professores tenham um pouco interesse em assumir novas atividades; b) a presença massiva de docentes com formação acadêmica em área do conhecimento distinta daquela que leciona, o que lhe proporciona poucas ferramentas para participar efetivamente das discussões que são abertas.

Ademais há de que considerar que para além do processo de elaboração de referenciais curriculares há o enorme desafio de implementá-los, fazê-los significativos para a prática docente. Tendo em vista as enormes demandas práticas que se colocam no universo escolar podemos levantar como hipótese que questões como os processos seletivos para o ingresso no Ensino Superior, e a consequente direção dada pelos conteúdos do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e os conteúdos presentes nos livros aprovados pelo PNLD, bem como a própria trajetória dos docentes no campo das Ciências Sociais, poderiam ter um peso mais significativo que os documentos oficiais produzidos, portanto, há que se buscar caminhos para a elaboração de uma confluência entre essas diversas questões que permeiam o currículo escolar.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEE. Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas: Ciências Humanas. 1ª Edição. Maceió – AL, 2014.

APPLE, Michael W. Políticas Culturais e Educação. Portugal: Porto Editora, 1999.

_____. Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Orientações Curriculares Nacionais. Ministério da Educação. Brasília, 2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação. Brasília, 1999.

CARIDÁ, Ana Carolina Bordini. Sociologia no ensino médio: diretrizes curriculares e trabalho docente. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

HANDFAS, Anita; MAÇAIRA, Julia Polessa. O estado da arte da produção científica sobre o ensino de sociologia na educação básica. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v.2, n. 74 p. 45-61, 2014.

LOPES, Alice Ribeiro Casimiro [et al.] (Orgs.). Cultura e política de currículo. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2006.

MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM Sociologia. In: MORAES, Amaury Cesar de (Org.). Coleção Explorando o Ensino de Sociologia. Brasília: MEC, 2010, p. 45-62.

OLIVEIRA, Amurabi. O Currículo de Sociologia na Escola: um campo em construção (e disputa). Revista Espaço do Currículo, v. 6, n. 2, p. 355-366, 2013.

_____. O Ensino de Sociologia e as Novas DCNEM. Educere et Educare, v. 9, n. 18, p. 641-650, 2014.

OLIVEIRA, Amurabi; FERREIRA, Vanessa do Rêgo; SILVA, Claudovan Freire. Percurso e Singularidades do Ensino de Sociologia em Alagoas. Saberes em Perspectivas, v. 4, nº 8, p. 11-34, 2014.

SANTOS, Mário Bispo dos. A sociologia no ensino médio: o que pensam os professores da rede pública do Distrito Federal. Brasília. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Vagner Gonçalves da (org.). Antropologia e seus espelhos: a etnografia vista pelos observados. São Paulo: FFLCH-USP/FAPESP, 1994.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. Ensinar sociologia: análise de recursos do ensino na escola média. São Paulo. 2007 Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.